# CORPO-TERRITÓRIO: MULHERES INDÍGENAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

## BODY-TERRITORY: INDIGENOUS WOMEN IN CONTEMPORARY BRAZIL

Tchella Maso*
tchellamaso@gmail.com

Alcineide Piratapuya**
alcineidepiratapuyaunb@gmail.com

RESUMO: Este artigo apresenta a trajetória política das mulheres indígenas no Brasil contemporâneo, entre 1980 e 2025, analisando como suas práticas coletivas reconfiguram os feminismos. A partir da linha do tempo elaborada pela Articulação Nacional de Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) e da experiência de uma das autoras como liderança indígena, mapeia-se a articulação de associações específicas, processos de atravessamento com o Estado, até culminar na organização nacional e massiva das Marchas das Mulheres Indígenas e seus desdobramentos. Em diálogo com a história feminista e os estudos latino-americanos, as categorias de subjetividade política e corpo-território permitem compreender como as mulheres indígenas articulam modos próprios de fazer política que integram resistência, memória coletiva e filosofias ancestrais. Argumenta-se que essa emergência não apenas interpela criticamente a historiografia hegemônica, mas expande o horizonte dos feminismos decoloniais, introduzindo perspectivas animistas e relacionais que ressignificam o político e projetam futuros alter-nativos.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres indígenas; Feminismos latino-americanos; Movimentos sociais; História das mulheres; Agência política.

ABSTRACT: This article presents the political trajectory of indigenous women in contemporary Brazil between 1980 and 2025, analyzing how their collective practices reconfigure feminisms. Drawing on the timeline developed by the National Articulation of Indigenous Women Warriors of Ancestry (ANMIGA) and the experience of one of the authors as an indigenous leader, the study maps the articulation of specific associations, processes of engagement with the State, culminating in the national and massive organization of the Indigenous Women's Marches and their developments. In dialogue with feminist history and Latin American studies, the categories of political subjectivity and body-territory allow us to understand how indigenous women articulate their own ways of doing politics that integrate resistance, collective memory, and ancestral philosophies. It is argued that this emergence not only critically challenges hegemonic historiography, but expands the horizon of decolonial feminisms, introducing animistic and relational perspectives that resignify the political and project alternative futures.

KEYWORDS: Indigenous women; Latin American feminisms; Social movements; Women's history; Political agency.

* Doutora em Estudos Feministas e de Gênero pelo Departamento de Filosofia e Antropologia Social da Universidade do País Vasco. Professora no Instituto de Relações Internacionais na Universidade de Brasília (UNB), pesquisadora de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI/UNB) e pesquisadora do INCT Caleidoscópio: Instituto de Estudos Avançados em Iniquidades, Desigualdades e Violências de Gênero e Sexualidade e suas Múltiplas Insurgências.

** Mestranda Piratapuya em Direitos Humanos pela Universidade de Brasília (CEAM/UnB) e internacionalista. Pesquisa violências estruturais, segurança pública e direitos dos povos indígenas. Atua na defesa dos direitos humanos, com experiência junto ao WRI, FOIRN, CNJ e ACNUDH. Integra o Observatório dos Povos Originários e suas Infâncias (CEAM/UnB) e é editora da edição especial da Revista Monções sobre Povos Indígenas na Política Global. Graduada em Relações Internacionais pela UnB.



Recebido em 30 de junho de 2025
Aprovado em 23 de novembro de 2025

*As mulheres indígenas fazem história - Introdução*

Na América Latina, a historiografia enfrenta dois desafios incontornáveis: desconstruir uma história eurocêntrica erigida como universal e superar uma história patriarcal que invisibilizou as mulheres, para, só então, compor uma narrativa integral que recolha ambas as experiências (Guardia, 2023). Apesar da entrada da categoria gênero nas análises históricas (Del Priore & Pinsky, 1997), sua utilização crítica e interseccional só nas duas últimas décadas dimensionou a diversidade de mulheres e corpos não-normativos. Por isso, este artigo tem como objetivo, a partir do mapeamento realizado e publicado por uma organização indígena, dar visibilidade à luta histórica das mulheres indígenas no Brasil e analisar suas potencialidades para repensar os feminismos no continente latino-americano.

As descrições coloniais associaram as mulheres indígenas à decadência moral e ao canibalismo, reproduzindo a misoginia cristã e a teoria da degeneração natural. Como afirma Raminelli, "a cultura nativa da colônia não era independente do imaginário do conquistador" (2004, p.10). Esse discurso da "pornotrópica colonial"[1] seguiu atuando de modo difuso, estruturando não apenas como viajantes e missionários retrataram o cotidiano ameríndio, mas também como a historiografia brasileira consolidou narrativas que silenciaram uma pluralidade de vozes constitutivas da formação social do país. Nesse processo, a ausência das mulheres indígenas configura-se como ato epistemicida que negou sua agência histórica (Almeida, 2019; Lugones, 2014). Quando presentes, eram representadas como figuras passivas ou elementos genéricos da "cultura indígena", desprovidas de subjetividade política. Há, portanto, uma estrutura colonial de dupla exclusão que atravessa de modo dinâmico as relações de gênero e étnico-raciais.

Essa revela precisamente os desafios historiográficos incontornáveis mencionados: o eurocentrismo que deslegitima saberes ameríndios e o patriarcado que invisibiliza protagonismos de corpos feminizados e não-normativos. A lacuna resultante ignora o papel fundamental das mulheres indígenas na transmissão cultural, nos cuidados com a vida, na manutenção dos saberes tradicionais e na resistência contra as violências (neo)coloniais. Suas lutas raramente foram registradas como ações políticas autônomas, sendo subsumidas em

[1] O conceito de "pornotrópica colonial", elaborado por Anne McClintock (2010), refere-se à erotização dos territórios e corpos colonizados, representados como feminizados, exóticos e disponíveis à penetração e ao domínio do colonizador.

narrativas gerais sobre "os índios" ou movimentos sociais amplos. É contra essa invisibilidade que este artigo se insurge, propondo tecer uma perspectiva histórica produzida *a partir* e *com* as mulheres indígenas.

A justificativa para este estudo centra-se no processo histórico de organização política das mulheres indígenas enquanto movimento singular no Brasil contemporâneo. Trata-se de analisar não *o que* conquistaram, mas *como* se constituíram em sujeito coletivo e pluriétnico. O corpo — primeiro território a ser defendido da violência, do racismo e do sexismo — e o "território-terra" — espaço vital de existência física e cultural — tornam-se eixos indissociáveis de sua luta (Anmiga, 2020). Neste processo, a Articulação Nacional das Mulheres Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) emerge como sujeito político que materializa a voz das mulheres de mais de 200 povos e traduz suas demandas comuns sem apagar especificidades. A ANMIGA é, portanto, protagonista desta investigação, simbolizando a passagem de resistências isoladas para um projeto político coletivo e nacional.

O artigo engaja-se com o feminismo descolonial (Lugones, 2014), destacando a centralidade da interseccionalidade (Crenshaw, 1991) para compreender a realidade latino-americana. A análise é costurada pela experiência vivencial de uma das autoras, liderança indígena cuja trajetória atravessa e dá sentido ao estudo. Para traçar o marco histórico das mobilizações, privilegiam-se referências da ANMIGA como exercício epistemológico de diálogo com saberes indígenas. O texto organiza-se em duas partes: discussão sobre mulheres indígenas e feminismo descolonial na América Latina e a narrativa histórica da organização no Brasil (1980-2025). Nas considerações finais afirmamos que ao tecer sua própria história com corpo e território, as mulheres indígenas não apenas desafiam a dupla exclusão colonial, mas forjam epistemologias e práticas políticas que renovam as lutas pela descolonização.

*Mulheres indígenas, feminismo descolonial e corpo-território na América Latina*

A formulação de Maria Lugones (2014) sobre a colonialidade de gênero revela como a modernidade colonial instituiu uma hierarquia entre o humano e o não humano, classificando povos indígenas e africanos escravizados como seres inferiores, selvagens e incontrolavelmente sexuais. Essa desumanização veio acompanhada da imposição das categorias dicotômicas de homem e mulher como marcas exclusivas da civilização europeia, produzindo uma dupla exclusão: os povos colonizados foram destituídos da própria condição

de humanidade; as mulheres indígenas e negras foram submetidas ao apagamento de sua subjetividade política, vistas apenas como corpos disponíveis à exploração sexual, ao trabalho forçado ou à reprodução social. Essa matriz colonial de poder produziu uma opressão interseccional que associa gênero, raça e classe, cuja persistência histórica se manifesta tanto na exclusão das mulheres indígenas da historiografia quanto nas violências estruturais que ainda incidem sobre seus corpos e territórios.

Contra essa herança colonial emerge o feminismo descolonial[2] (Lugones, 2014). Sua aposta é recusar o hábito epistemológico de apagar a diferença colonial e superar a crença de uma "mulher" universal e uma forma única de fazer política (Lugones, 2014). Isso exige criatividade, disposição para questionar os cânones acadêmicos e interesse em re-conhecer subjetividades ativas que se insurgem às opressões cotidianas e institucionais. Nesse processo, é preciso substituir conceitos e metáforas homogeneizadoras. As experiências das mulheres latino-americanas em sua diversidade não cabem nas periodizações clássicas das "ondas" feministas. Nossas experiências são como "redemoinhos": corpos d'água em movimento que se encontram e se separam em um centro vertiginoso de conflito e energia, processos múltiplos, simultâneos e criativos de articulação (Chaparro; Salazar, 2022). Entre esses fluxos, destacam-se as mulheres indígenas, cujas experiências foram historicamente subalternizadas.

A descolonização do feminismo é potencializada pelas lutas indígenas. Como destaca Márgara Millán Moncayo (2014), a experiência das mulheres zapatistas no México revelou que a pauta de gênero em um movimento insurgente transformou radicalmente as formas de fazer política. A "Ley Revolucionaria de las Mujeres" de 1994 reorganizou a vida comunitária articulando a emancipação das mulheres com a defesa dos territórios e da autonomia (Millán, 2014). As reflexões de diferentes autoras latino-americanas mostram também que essa experiência não representa uma incorporação de uma categoria estrangeira, o gênero, mas seu desordenamento (Viveros Vigoya et al., 2010; Millán, 2014).

Entre diferentes etnias – quéchua, aymara, maya – emergem reflexões em torno de feminismos comunitários que rompem com a genealogia europeia e se enraízam nas formas

[2] Utilizamos aqui o termo "descolonial" em vez de "decolonial". Reconhecemos a trajetória e o protagonismo do chamado giro decolonial e suas contribuições decisivas para o debate de gênero (Walsh, 2021), mas optamos por "descolonial" por ser a expressão mais amplamente empregada para além do espaço acadêmico. Essa escolha também remete à crítica de Silvia Rivera Cusicanqui (2010) à captura e anglo-saxonização dos conhecimentos latino-americanos.

próprias de vida e de luta (Guzmán, 2019). Algumas mulheres se organizam de maneira territorial, adotando, ou não, a identidade feminista (Gargallo, 2012); outras mobilizam estrategicamente as noções de gênero e feminismo (Gargallo, 2012); há ainda aquelas que reinventam definições desde suas cosmologias, elaborando sentidos singulares para o gênero (Valdez, 2014). Essa diversidade de práticas evidencia que as lutas das mulheres indígenas na América Latina não constituem um bloco homogêneo, mas múltiplas formas de articulação que se afirmam como eixos potentes de crítica ao colonialismo, ao patriarcado e ao capitalismo, configurando perspectivas não assimiláveis às categorias liberais de igualdade (Maso & Selis, 2023).

Ao prestar atenção às insurgências das mulheres indígenas, os feminismos latino-americanos são convocados a desestabilizar as categorias produzidas no Ocidente e a radicalizar a perspectiva de um conhecimento situado, formulado a partir das próprias experiências originárias (Bidaseca & Vazquez Laba, 2011). Como lembra Guzmán (2010), descolonizar os feminismos é compreender, nomear e caracterizar o patriarcado vivido nos territórios por mulheres originárias, negras, empobrecidas e dissidentes da imposição heterossexual, para poder transformá-lo. Como escreveu Eliane Potiguara em 1989:

> Os índios só serão respeitados no dia em que a sociedade brasileira neles reconhecer a sua cultura, língua e tradições. No dia em que, ao olhar para um índio, o veja como a um irmão, um chefe de família, um brasileiro que carece como qualquer outro de apoio, mas que dispensa o paternalismo. Que o veja não como pobre. Afinal eles têm a fortuna da natureza e todo o bem que ela encerra. (Potiguara, 1989, s.p)

Nesse elo entre natureza e cultura emerge o conceito e bandeira de luta “corpo-território” (Gago, 2020). Este tornou-se, desde os anos 2010, uma das chaves conceituais mais presentes nas lutas das mulheres indígenas na América Latina. Sua força está em recusar a separação moderna entre natureza e cultura, humano e não-humano. A categoria articula resistência a múltiplas violências — do extrativismo às práticas patriarcais comunitárias — e projeta uma epistemologia animista que integra corpo, terra e espírito como dimensões inseparáveis. No Brasil, essa noção foi reelaborada pela ANMIGA que o apresenta como coletivo, ancestral, guardião de espiritualidade e expressão de cura do planeta (Anmiga, 2023). A luta pela demarcação articula-se à luta contra violências de gênero, e o slogan "reflorestar mentes e corações" traduz o vínculo entre proteção da Mãe Terra e transformação das consciências.

É nesse contexto continental de efervescência política e epistêmica que se inserem as experiências do Brasil, onde, desde os anos 1980, as mulheres indígenas vêm desenvolvendo formas próprias de organização que dialogam e tensionam tanto os feminismos hegemônicos quanto os movimentos indígenas tradicionais. O que se observa é um processo crescente de articulação pluriétnica, nascido dos incômodos diante da falta de espaço para suas demandas específicas, mas também de sua luta coletiva pelos bens comuns e em defesa dos territórios.

## Entre rios e marchas: a organização das mulheres indígenas no Brasil (1980–2025)

O início da organização das mulheres indígenas no Brasil remonta à década de 1980, quando mulheres do Alto Rio Negro passaram a se reunir em Manaus em um movimento que se consolidaria em 1987 com a fundação da Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) (Amarn, 2025; Vieira, 2017). Criada como um espaço de referência e apoio, a associação possibilitou a análise coletiva de demandas e a construção de soluções comuns, com destaque para o fortalecimento do artesanato como estratégia econômica e política (AMARN, 2025). Fundada em um contexto de intensa mobilização nacional, a AMARN também participou da criação da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), que viria a se consolidar como a maior articulação indígena da região e a ganhar projeção internacional (Vieira, 2017). Poucos anos depois, em 1989, foi criada a Associação das Mulheres Indígenas de Taracuá (AMIT), no rio Uaupés/Tiquié, representando as mulheres das comunidades locais e ampliando a presença organizativa feminina no movimento indígena amazônico.

A criação do Grupo Mulher-Educação Indígena (GRUMIN), em 1987, por Eliane Potiguara, representou um marco na articulação política das mulheres indígenas, ao propor a educação e a saúde como pilares da reconstrução cultural e identitária. Seu projeto pioneiro, registrado na cartilha “A terra é a mãe do índio” (Potiguara, 1989), articulava a valorização da memória e da palavra das mulheres à luta coletiva pelo território, à defesa dos direitos e à incidência em espaços nacionais e internacionais (Macedo, 2021). Nesse mesmo contexto, entre 1987 e 1988, lideranças como Quitéria Pankararu e Dona Catarina Nymbopuruá tiveram participação nas mobilizações da Assembleia Constituinte (ISA & ANMIGA, 2024), contribuindo para a homologação dos artigos 231 e 232 da Constituição de 1988, que

garantiram o reconhecimento da organização social, costumes, línguas, crenças, tradições e os direitos originários sobre as terras indígenas (Potiguara, 1989).

O fim da década de 1980 foi marcado por um gesto que se tornou símbolo da resistência indígena e feminina: em 1989, a líder Tuíre Kayapó enfrentou engenheiros da Eletronorte durante uma audiência pública sobre a construção da usina de Belo Monte. Ao encostar seu facão no rosto de um dos técnicos, Tuíre transformou a cena em um ícone internacional contra a violência do desenvolvimentismo sobre os territórios indígenas (Fleury & Almeida, 2013). Mais do que um ato de resistência isolado, o gesto de Tuíre condensava a força política das mulheres indígenas e sua centralidade nas lutas territoriais (ISA, 2023). A década de 1980, portanto, consolidou um marco inaugural: as mulheres indígenas não apenas estavam presentes nos movimentos de seus povos, mas criavam organizações próprias e interétnicas, ocupavam arenas nacionais e produziam símbolos que marcaram a memória do país.

Em 1990, Etelvina Santana da Silva — conhecida como Maninha Xukuru-Kariri — esteve entre as fundadoras da APOINME (Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo), organização criada para fortalecer a mobilização indígena regional (Apoinme, 2025). Sua atuação foi singular: por muitos anos, foi a primeira e única mulher na direção da articulação (Fundo Brasil, 2021), liderando processos de mobilização comunitária e denúncias de violências contra os povos indígenas no Nordeste (CIMI, 2018). Seu protagonismo reposicionou a presença feminina dentro de organizações mistas de grande impacto político, abrindo caminho para a inclusão das pautas de gênero no movimento indígena nacional (Silva, 2024). Seu reconhecimento ultrapassou as fronteiras regionais, tendo sido lembrada pelo Governo Federal como referência histórica na defesa dos direitos indígenas e indicada ao Prêmio Nobel da Paz em 2000 (Brasil, 2024).

Em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), realizada no Rio de Janeiro, contou com a participação de lideranças indígenas como Eliane Potiguara e Andila Kaingang, que levaram suas vozes aos debates globais sobre meio ambiente, direitos humanos e povos indígenas, fortalecendo a articulação internacional do movimento indígena (ISA & ANMIGA, 2025). No mesmo ano, Iraci Cassiano Soares — também conhecida como Nancy Potiguara — foi eleita prefeita de Baía da Traição (PB), o que

demonstra que a presença das mulheres indígenas não se restringia às organizações de base ou aos espaços de mobilização, mas alcançava também a arena institucional da política partidária (Marcolino, 2024).

O ponto culminante da década de 1990 foi a realização do 1º Encontro Nacional de Mulheres Indígenas, em Brasília, entre 25 e 28 de setembro de 1995, fruto de três anos de articulação para reunir lideranças de diferentes povos e regiões. O evento contou com a presença de autoridades governamentais e organismos internacionais, mas foi marcado sobretudo pelas denúncias das próprias mulheres indígenas sobre a ausência de políticas específicas, suicídios de jovens Kaiowá, alcoolismo, violência contra mulheres e a urgência da demarcação das terras[3]. Como resultado, foi criado o Conselho Nacional de Mulheres Indígenas (CONAMI), primeira organização de abrangência nacional presidida por Míriam Marcos Terena. O encontro também foi espaço de trocas culturais e espirituais, reafirmando a ancestralidade como fundamento político e consolidando uma rede de mulheres indígenas determinadas a fortalecer suas articulações locais e nacionais (Encontro, 1995).

O início dos anos 2000 marcou a consolidação institucional das lutas das mulheres indígenas, quando reivindicações levantadas desde as décadas anteriores passaram a se traduzir em mecanismos organizativos próprios em articulações regionais e federações. Em 2000, foi criada a União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB), reunindo lideranças de nove estados para articular pautas comuns (ISA & ANMIGA, 2024). Dois anos depois, em 2002, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) instituiu o Departamento de Mulheres. Ambas as iniciativas fortalecem a presença política regional das mulheres indígenas, criando espaços específicos de debate para temas como violência doméstica, saúde reprodutiva, educação e transmissão dos saberes ancestrais.

Paralelamente a essas articulações, floresceram associações e coletivos locais de mulheres indígenas em diversas regiões do país. Exemplos incluem a Associação das Mulheres Indígenas do Médio Rio Purus (AMIMP) no Amazonas, a Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Solimões, também amazonense, e o Coletivo de Mulheres Indígenas do Nordeste,

[3] A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), estabeleceu que a União deveria concluir a demarcação de todas as terras indígenas no prazo de cinco anos a partir de sua promulgação (Potiguara, 1989). O não cumprimento desse dispositivo se tornou um dos principais pontos de denúncia do movimento indígena, que desde então tem reiterado a urgência da demarcação como condição para a sobrevivência física e cultural de seus povos.

Minas Gerais e Espírito Santo. Embora muitas dessas organizações se dedicassem a práticas de economia solidária – artesanato, agricultura familiar e extrativismo sustentável –, sua dimensão política ia além do aspecto econômico. Buscavam afirmar a autonomia das mulheres na organização comunitária, construindo pontes entre os territórios e conectando as escalas local, regional e nacional.

A experiência de Roraima exemplifica essa dinâmica de consolidação organizativa. Desde 1986, mulheres se reuniam para atividades de corte e costura na Missão Surumu, com apoio da Igreja Católica (Sacchi, 2003). Uma década depois, reivindicaram espaço próprio na Assembleia Geral dos Tuxauas (1996), realizando o I Encontro Estadual das Mulheres Indígenas em Maturuca (Sacchi, 2003). Ali assumiram compromissos centrais: combate ao alcoolismo, luta pela terra, revitalização cultural e continuidade dos projetos produtivos. A formalização veio em 1999 com a criação da Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR), que congregou mulheres Macuxi, Wapichana, Taurepang, Ingaricó e Yekuana, estruturando-se com representação territorial que conecta comunidades aos espaços de decisão política (Sacchi, 2003).

No Sul do país, a experiência das mulheres Kaingang da Terra Indígena Serrinha revela outras dimensões da organização política feminina indígena (Schild, 2016). Após o esbulho territorial sofrido até meados de 1960, mulheres como Odila Kysã, Andila Nivygsãnh e Ângela Norfa articularam estratégias de resistência baseadas em redes de parentesco e alianças femininas, priorizando a transmissão dos saberes tradicionais através da nominação kaingang dos filhos e netos (Schild, 2016). Essa atuação culminou no Ponto de Cultura Kanhgág Jãre, espaço no qual exercem liderança e promovem revitalização cultural, demonstrando que a organização das mulheres indígenas assume características específicas conforme os contextos territoriais e históricos de cada povo (Schild, 2016).

No início dos anos 2000, a Fundação Nacional do Índio (Funai) incorporou a temática de gênero em suas ações institucionais, dialogando com organismos de direitos humanos nacionais e internacionais. Este movimento ganhou concretude em 2002 com a Oficina de Capacitação e Discussão sobre Direitos Humanos, Gênero e Políticas Públicas, conduzida por Rita Laura Segato (Rodrigues, 2019; Segato, 2002). O encontro reuniu 41 mulheres de diferentes povos indígenas para fortalecer sua participação na formulação de diretrizes em

saúde, educação, produção familiar, geração de renda, segurança alimentar, assistência social e enfrentamento da violência, alcoolismo e desestruturação familiar (Rodrigues, 2019). O resultado foi um documento contendo 100 propostas que se tornou referência para debates subsequentes na Funai e em outras instâncias governamentais (Segato, 2002; Rodrigues, 2019). Lideranças como Rose Kaingang e Leia Wapichana protagonizaram esse processo, que se desdobrou institucionalmente com a criação da Ação de Promoção das Atividades Tradicionais das Mulheres Indígenas em 2004 e, posteriormente, da Coordenação de Mulheres Indígenas (CMI/Funai) em 2007. Esta última consolidou a institucionalização da pauta, estabelecendo um espaço específico para articular e defender os direitos das mulheres indígenas no aparato estatal brasileiro.

O ano de 2012 representou outro marco fundamental com a aprovação da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), que ampliou o acesso de mulheres indígenas ao ensino superior[4]. Jovens de diferentes povos ingressaram nas universidades, muitas sendo as primeiras de suas famílias a trilhar esse caminho educacional. Esse processo expandiu as frentes de luta: as estudantes passaram a disputar currículos, registrar suas histórias e questionar epistemologias coloniais desde dentro das instituições (Cunha, 2016). A entrada na universidade dialogava com processos políticos anteriores. As mais velhas ensinavam às jovens de diferentes etnias a necessidade de escrever sobre suas organizações e demandas – prática que ecoa na reflexão de Valdelice Veron sobre a importância de "fazer o papel falar" como forma de resistência e memória coletiva (Maso et al., 2021). A universidade consolidou-se, assim, como espaço de fortalecimento de lideranças e registro de vozes políticas que, articulando saberes acadêmicos e tradicionais, transitam entre aldeias e instâncias decisórias do Estado.

Todo esse acúmulo histórico desembocou, em 2016, na realização da 1ª Plenária de Mulheres Indígenas durante o Acampamento Terra Livre (ATL), reconhecida como um marco fundamental na trajetória do movimento. Pela primeira vez no maior encontro indígena nacional foi garantido um espaço exclusivo para que as mulheres discutissem suas próprias pautas, fruto de anos de reivindicações e da legitimidade conquistada a partir da estruturação

[4] Ainda em 2012, Lindomar Lili Sebastião (Linda Terena) defendeu sua dissertação de mestrado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tornando-se uma das pioneiras indígenas na pós-graduação. A partir de 2019, observa-se um crescimento significativo no número de dissertações e teses defendidas por mulheres indígenas, consolidando sua presença na produção acadêmica brasileira.

institucional e da inserção nas universidades. A plenária revelou a diversidade de demandas, que iam da luta pela demarcação dos territórios ao enfrentamento da violência doméstica, institucional e política, ao mesmo tempo em que reafirmava o corpo, o território e a ancestralidade como eixos centrais da ação coletiva (ONU MULHERES, 2019). O encontro representou um ponto de inflexão: dali em diante, as mulheres indígenas passaram a ocupar o centro das mobilizações nacionais, pavimentando o caminho para as Marchas das Mulheres Indígenas e para a criação da ANMIGA – Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade.

As eleições de 2018 representaram outro momento decisivo na trajetória política das mulheres indígenas. Nesse ano, o Brasil assistiu a um número inédito de candidaturas femininas indígenas a cargos legislativos e executivos, refletindo a ampliação de sua atuação política institucional. Um destaque foi Sônia Guajajara, então coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), que concorreu à vice-presidência da República na chapa de Guilherme Boulos (PSOL). Sua candidatura projetou nacional e internacionalmente a centralidade das pautas indígenas, evidenciando que a luta por direitos territoriais, sociais e ambientais ganhava expressão direta na disputa eleitoral. Paralelamente, Joênia Wapichana consolidou sua trajetória pioneira ao ser eleita a primeira deputada federal indígena do Brasil. Sua eleição coroou um percurso que incluía o marco como a primeira defesa oral de uma mulher indígena no Supremo Tribunal Federal, em 2008, durante o julgamento da demarcação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (ISA &ANMIGA, 2024).

Em 2019, ocorreu a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, que reuniu mais de 2.500 mulheres de diferentes povos em Brasília sob o lema *“Território: nosso corpo, nosso espírito”* (CIMI, 2019). A Marcha tornou-se um marco histórico não apenas pela dimensão do ato, mas pela sua densidade política: ao reivindicar o corpo como território, as mulheres indígenas afirmaram uma epistemologia própria, em que luta política, espiritualidade e ancestralidade se entrelaçam (Julião et. al., 2022). Como destacaram em documento da época, “como mulheres, lideranças e guerreiras, geradoras e protetoras da vida, nos posicionamos contra as violações que atingem nossos corpos, nossos espíritos e nossos territórios” (CIMI, 2019, s.p.). A Marcha produziu narrativas visuais e discursivas que ecoaram em todo o mundo, tornando-se símbolo de resistência e esperança. Nesse mesmo período, foi lançado o Mapa das Organizações de Mulheres Indígenas (2020), que registrou a presença de coletivos em

diferentes regiões do Brasil e consolidou um processo de mapeamento que viria a ser atualizado em 2024.

A fundação da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), em 2021, representou a culminância de um processo de décadas de mobilização. Trata-se de uma grande articulação de mulheres indígenas de todos os biomas do Brasil, reunindo saberes, tradições e lutas que se somam e convergem em defesa da vida e dos direitos dos povos indígenas. A ANMIGA nasceu como resposta às margens em que suas pautas ainda eram relegadas dentro de espaços mistos, como a APIB, afirmando a necessidade de uma organização autônoma. Como expressa o Manifesto produzido na "grande assembleia online com o tema "O sagrado da existência e a cura da terra":

> nós, mulheres indígenas, estamos em muitas lutas em âmbito nacional e internacional. Somos sementes plantadas através de nossos cantos por justiça social, por demarcação de território, pela floresta em pé, pela saúde, pela educação, para conter as mudanças climáticas e pela cura da Terra" (ANMIGA, 2020).

A autoapresentação da ANMIGA afirma uma cosmopolítica ancestral: "a raiz do Brasil vem de nós, do útero da Terra e de nossas ancestrais. A mãe do Brasil é indígena" (ANMIGA, 2021a). Definindo-se como "mulheres-água em constante movimento nas correntezas das lutas", reconhecem que "somos porque nossas ancestrais foram" honrando a trajetória histórica das mulheres que, desde os anos 1980, atuaram nos movimentos locais e nacionais como parteiras, remedeiras, pajés, lideranças e cacicas (ANMIGA, 2021a). Ao enfatizar o corpo-território, a ancestralidade e o princípio de "reflorestar mentes", a ANMIGA consolidou-se não apenas como espaço de denúncia, mas como produtora de alter-nativas.

Em setembro de 2021, a ANMIGA organizou a II Marcha das Mulheres Indígenas em Brasília, reunindo mais de 5 mil pessoas de 172 povos de todas as regiões do país sob o lema "Nós por nós: pela vida das mulheres, pelas crianças e anciãs, pela vida da humanidade" (ANMIGA, 2021b). O evento coincidiu estrategicamente com o julgamento do marco temporal no Supremo Tribunal Federal, mobilização que alcançou milhões de pessoas e repercutiu na imprensa nacional e internacional. A marcha enfrentou tensões com grupos extremistas que tentaram bloquear a Esplanada dos Ministérios, levando as organizadoras a reorganizar a programação para garantir a segurança das participantes (ANMIGA, 2021b). Durante o evento, foi lançado o Manifesto "Reflorestar Mentes", documento que articula "sonhos,

afetos, soma, solidariedade, ancestralidade, coletividade e história" como princípios orientadores da luta (ANMIGA, 2021c).

Os anos seguintes confirmaram a força desse protagonismo. Em 2022, as mulheres indígenas organizaram a Caravana das Originárias da Terra, ampliando o diálogo entre povos e reforçando sua presença no debate público. A III Marcha das Mulheres Indígenas, realizada entre 11 e 13 de setembro de 2023 em Brasília, deu continuidade ao ciclo de mobilizações da ANMIGA com o propósito de fortalecer as vozes ancestrais que compõem sua rede nacional (ANMIGA, 2023). O evento buscou potencializar a atuação das mulheres indígenas em movimento, debatendo desafios contemporâneos e propondo novos diálogos para incidir na política indígena brasileira. A marcha reafirmou a concepção das mulheres como "sementes da terra" e consolidou o corpo-território como categoria central de luta, demonstrando a continuidade do projeto político iniciado em 2019 e fortalecido durante a pandemia (ANMIGA, 2023).

Em 2023, conquistas históricas simbolizaram a chegada das mulheres indígenas ao mais alto nível institucional: Joênia Wapichana assumiu a presidência da Funai, tornando-se a primeira mulher indígena a ocupar o cargo, e Sônia Guajajara foi nomeada Ministra dos Povos Indígenas, no primeiro ministério criado especialmente para essa pauta (ISA & ANMIGA, 2024). Essas nomeações são parte de um processo eleitoral significativo em 2022, quando a Bancada do Cocar apresentou 17 candidaturas, resultando na vitória histórica de Sônia Guajajara e Célia Xakriabá (ANMIGA, 2023).

Em 2024, a atualização do Mapa Interativo das Organizações de Mulheres Indígenas registrou 241 organizações ativas, espalhadas por todos os estados e biomas e representando ao menos 233 povos distintos (ISA &ANMIGA, 2023). Essa multiplicidade organizativa confirma que, ao longo de quatro décadas, as mulheres indígenas passaram de experiências pioneiras isoladas à construção de uma rede nacional robusta, interétnica e que avança sobre o Estado.

O ano de 2025 representou a confluência desses processos em uma força coletiva sem precedentes. Entre 2 e 8 de agosto, realizou-se em Brasília a IV Marcha das Mulheres Indígenas, que reuniu mais de 5 mil mulheres de diferentes povos registrando um “permanente processo de luta em defesa dos Corpos-Territórios" (ANMIGA, 2025).

Simultaneamente, ocorreu a primeira Conferência Nacional de Mulheres Indígenas do Brasil, espaço de deliberação autônomo representou décadas de reivindicações por reconhecimento político e organizativo. O documento final da Marcha expressa a potência política da história tecida pelas mulheres indígenas: “Somos as vozes das que nos antecederam e das que ancestralizaram em lutas. Somos a força de séculos de silenciamentos rompidos. Somos sementes que germinam mesmo em tempos mais difíceis. Somos a ancestralidade viva que pulsa em cada passo que foi dado nessa marcha" (ANMIGA, 2025). Paralelamente, foi lançado o Mapa Interativo das Organizações de Mulheres Indígenas, desenvolvido pela ANMIGA em parceria com o ISA, que sistematiza quatro décadas de mobilização e registra mais de duzentas organizações espalhadas pelo território nacional, revelando uma cartografia de resistência cujos rios subterrâneos de luta confluem em caudalosas mobilizações coletivas.

Entre rios e marchas, portanto, é possível compreender essa história como um movimento cíclico e complementar: os rios são as trajetórias subterrâneas, persistentes e cotidianas, que mantêm viva a memória e a organização nas comunidades; as marchas, por sua vez, são os momentos de irrupção pública, quando essas águas se juntam e transbordam, convertendo-se em performance política e histórica. Das organizações locais pioneiras como a AMARN e GRUMIN nos anos 1980, passando pela participação na Assembleia Constituinte, até a construção de espaços autônomos como a ANMIGA e a ocupação de posições estratégicas no Estado — com Joênia Wapichana na presidência da Funai e Sônia Guajajara como ministra —, as mulheres indígenas teceram uma trajetória que vai do local ao nacional, da margem ao centro. Mas o fazem desde a multiplicidade ontológica que as habita, ocupação criativa dos espaços de poder e construção coletiva de futuro.

*Do corpo-território à história coletiva: considerações finais*

A emergência coletiva das mulheres indígenas no Brasil, materializada na trajetória histórica que culmina com a ANMIGA, não representa um capítulo isolado, mas uma reconfiguração do campo político e historiográfico. Retomando os desafios incontornáveis identificados no início desta análise - desconstruir uma história eurocêntrica erigida como universal e superar uma história patriarcal que invisibilizou as mulheres -, este artigo buscou demonstrar que a luta das mulheres indígenas, articulada a partir da categoria corpo-território, oferece contribuições fundamentais para a História das Mulheres e os feminismos latino-americanos.

O movimento força uma descolonização do sujeito histórico que vai muito além da simples inclusão no rodapé da história. Confrontando diretamente a estrutura colonial de dupla exclusão que atravessa as relações de gênero e étnico-raciais, as mulheres indígenas questionam o epistemicídio que as negou como agentes históricos e as aprisionou aos interesses da conversão cristã (Raminelli, 2004). Ao se autoafirmarem como "guerreiras da ancestralidade" e "mulheres-bioma", elas desafiam a noção universalizante de "mulher" e situam-se desde a continuidade com a natureza e a espiritualidade. Sua prática política, portanto, não é apenas sobre visibilidade, mas sobre a transformação dos próprios critérios de produção do conhecimento histórico e um convite à compreensão dos efeitos da interseccionalidade.

A categoria corpo-território se consolida como uma ferramenta teórica e metodológica insurgente. Ela permite analisar de forma interseccional as violências do patriarcado, do racismo e do extrativismo, recusando a cisão moderna entre natureza e cultura. A invasão dos territórios indígenas e a violação dos corpos das mulheres são reveladas como duas faces de um mesmo projeto colonial de dominação e exploração. Esta conceptualização, gestada nas lutas comunitárias e marchas coletivas, amplia radicalmente o sentido da política, localizando-o na defesa da vida em sua integralidade – dos corpos à terra, dos rios às florestas. Mais do que uma metáfora, corpo-território é uma realidade vivida que articula memória, espiritualidade e resistência como dimensões indissociáveis da experiência política indígena.

A contribuição para a descolonização dos feminismos é igualmente potente. As mulheres indígenas operam uma crítica radical ao feminismo hegemônico ao demonstrarem que a luta não se restringe à esfera pública institucional, mas acontece nos corpos, nas roças, nas cerimônias e nas assembleias. Elas propõem uma transformação civilizatória que questiona os próprios fundamentos da modernidade capitalista, patriarcal e colonial. Sua luta não é apenas por direitos, mas por outros mundos possíveis, baseados na reciprocidade, na complementaridade e na defesa da vida. Como argumenta Gago (2020), a potência do feminismo está em sua capacidade de fazer da reprodução da vida um campo de batalha político. As mulheres indígenas aprofundam essa perspectiva, mostrando que a defesa do corpo e a defesa do território são indissociáveis. Junto disso, ativam o passado como articulador do presente, retomando a ancestralidade como dimensão viva e espiritual.

As mulheres indígenas podem, portanto, ocupar a metáfora dos redemoinhos para compreender os feminismos latino-americanos como múltiplos vórtices de atuação e referência. Todavia, entre falantes de Tukano, o redemoinho traz agouro - é preciso ir para longe. Tal compreensão nos lembra que não podemos apenas incluir as experiências indígenas como parte dos feminismos latino-americanos, pois isso renovaria a empreitada colonial do aniquilamento, da qual precisamos fugir. Por isso é necessária uma escuta ética e descolonial, exigindo das historiadoras e feministas não que falem por elas, mas que aprendam a ouvir, reconhecer e dialogar com suas epistemologias e ontologias.

Assim, a trajetória coletiva aqui narrada evidencia que a escrita da história permanece um território em disputa. As mulheres indígenas não apenas reivindicam seu lugar na narrativa nacional, mas questionam os próprios critérios de legitimidade histórica e os sentidos e práticas definidos como política. Aceitar o convite das mulheres indígenas para "reflorestar mentes e corações" é assumir o compromisso de participar dessa disputa, contribuindo para a construção de uma historiografia reflexiva e alter-nativamente latino-americana.

É importante destacar que esta análise não se aprofundou em casos específicos nem deu conta da amplitude das mais de 200 organizações indígenas que compõem esse movimento plural e robusto. Esta opção metodológica cumpriu o objetivo de sinalizar o quão múltiplas e robustas são essas iniciativas, abrindo possibilidades para futuras agendas de pesquisa e articulação política. Este artigo aponta, portanto, para um programa de pesquisa e ação política que reconhece nas mulheres indígenas interlocutoras epistêmicas capazes de transformar radicalmente nossos marcos teóricos e metodológicos. Se Soihet (2006) destacou a importância de reconhecer o protagonismo feminino na história, as mulheres indígenas vão além: elas questionam os próprios critérios de historicidade e protagonismo. Em sua multiplicidade organizativa, a articulação das mulheres indígenas no Brasil constitui um laboratório político-epistêmico fundamental para os processos de descolonização e despatriarcalização.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Celina Silva de. Mulheres indígenas na história do Brasil: resistências e protagonismos. São Paulo: Elefante, 2019.

ANMIGA – ARTICULAÇÃO NACIONAL DAS MULHERES INDÍGENAS GUERREIRAS DA ANCESTRALIDADE. Manifesto das primeiras brasileiras: as originárias da terra, a mãe do Brasil é indígena. Brasília, 2020. Disponível em: https://anmiga.org/manifesto/. Acesso em: 31 ago. 2025.

ANMIGA – ARTICULAÇÃO NACIONAL DAS MULHERES INDÍGENAS GUERREIRAS DA ANCESTRALIDADE. Quem somos. Brasília, 2021a. Disponível em: https://anmiga.org/quem-somos/. Acesso em: 31 ago. 2025.

ANMIGA – ARTICULAÇÃO NACIONAL DAS MULHERES INDÍGENAS GUERREIRAS DA ANCESTRALIDADE. Pela vida das mulheres, nós por nós, pelas crianças e anciãs, seguimos em marcha! Brasília, 9 set. 2021b. Disponível em: https://anmiga.org/pela-vida-das-mulheres-nos-por-nos-pelas-criancas-e-ancias-seguimos-em-marcha/. Acesso em: 31 ago. 2025.

ANMIGA – ARTICULAÇÃO NACIONAL DAS MULHERES INDÍGENAS GUERREIRAS DA ANCESTRALIDADE. Manifesto Reflorestarmentes: reflorestarmentes de sonhos, afetos, soma, solidariedade, ancestralidade, coletividade e história. Brasília, 10 set. 2021c. Disponível em: https://anmiga.org/manifesto-reflorestarmentes-reflorestarmentes-de-sonhos-afetos-soma-solidariedade-ancestralidade-coletividade-e-historia/. Acesso em: 31 ago. 2025.

ANMIGA – ARTICULAÇÃO NACIONAL DAS MULHERES INDÍGENAS GUERREIRAS DA ANCESTRALIDADE. III Marcha das Mulheres Indígenas 2023. Brasília, 2023. Disponível em: https://anmiga.org/iii-marcha-das-mulheres-indigenas-2023/. Acesso em: 31 ago. 2025.

APOINME – ARTICULAÇÃO DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO NORDESTE, MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO. Quem somos. [S. l.], [2025]. Disponível em: https://apoinme.org/quem-somos/. Acesso em: 30 ago. 2025.

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES INDÍGENAS DO ALTO RIO NEGRO – AMARN. Organizar para construir um futuro melhor. [S. l.], [2025?]. Disponível em: https://amarn.org/https-amarn-org-quemsomos/. Acesso em: 2 jul. 2025.

BANIWA, B.; KAINGANG, J.; MANDULÃO, G. Mulheres: corpos-territórios indígenas em resistência! K. Schwingel (Ed.). [S. l.]: Fundação Luterana de Diaconia; Conselho de Missão entre Povos Indígenas, 2023.

BIDASECA, Karina Andrea; VAZQUEZ LABA, Vanesa Paula. Feminismos y (des)colonialidad: las voces de las mujeres indígenas del sur. Temas de Mujeres, Tucumán, v. 7, p. 1-20, jul. 2011. ISSN 1668-8600.

BRASIL. Ministério da Saúde. Maninha Xukuru Kariri é sinônimo de defesa dos direitos dos indígenas. Brasília, DF: Governo Federal, 25 jul. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/julho/maninha-xukuru-kariri-e-sinonimo-de-defesa-dos-direitos-dos-indigenas. Acesso em: 30 ago. 2025.

BRAZÃO, A. Mulheres originárias: reflorestando mentes para a cura da Terra! SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 14 set. 2021. Disponível em: https://soscorpo.org/?p=14993. Acesso em: 31 ago. 2025.

CHAPARRO MARTÍNEZ, Amneris; SALAZAR PANTOJA, Amy Andrea. Olas y remolinos feministas. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Centro de Investigaciones y Estudios de Género, 2022.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Marcha das Mulheres Indígenas divulga documento final: "lutar pelos nossos territórios é lutar pelo nosso direito à vida". [S. l.], 2019. Disponível em: https://cimi.org.br/2019/08/marcha-mulheres-indigenas-documento-final-lutar-pelos-nossos-territorios-lutar-pelo-nosso-direito-vida/. Acesso em: 31 ago. 2025.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Dia Internacional da Mulher: a memória e a luta de Maninha Xukuru Kariri; guerreira, intelectual e feminista. [S. l.], 8 mar. 2018. Disponível em: https://cimi.org.br/2018/03/dia-internacional-da-mulher-a-memoria-e-a-luta-de-maninha-xukuru-kariri-guerreira-intelectual-e-feminista/. Acesso em: 30 ago. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. Stanford Law Review, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). Políticas culturais e povos indígenas. São Paulo: Unesp, 2016.

DEL PRIORE, Mary (org.). História das mulheres no Brasil. Coord. de textos Carla Bassanezi. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DEPARTAMENTO DE MULHERES INDÍGENAS DO RIO NEGRO/FOIRN. As mães do DMIRN: conquistas e desafios (2002–2022). Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2023.

ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES INDÍGENAS DO BRASIL. Relatório do 1º Encontro Nacional de Mulheres Indígenas do Brasil. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1995. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/relatorio-do-1o-encontro-nacional-de-mulheres-indigenas-do-brasil. Acesso em: 31 ago. 2025.

FLEURY, L. C.; ALMEIDA, J. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. Ambiente & Sociedade, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 141–156, 2013. DOI: https://doi.org/10.1590/S1414-753X2013000400009.

FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS. A força da mulher indígena no caminhar da APOINME. [S. l.], 2021. Disponível em: https://www.fundobrasil.org.br/noticia/mulheres-indigenas-da-apoinme-lutam-por-voz-e-direitos/. Acesso em: 30 ago. 2025.

GAGO, V. A potência feminista ou o desejo de transformar tudo. São Paulo: Elefante, 2020.

GARGALLO, Francesca. Feminismos desde Abya Yala: ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América. Ciudad de México: Corte y Confección, 2014.

GUARDIA, Sara Beatriz. La mujer en la historiografía latinoamericana. RUNA YACHACHIY – Revista digital, Berlim, 2023. ISSN 2510-1242.

GUZMÁN, Adriana. Descolonizar la memoria. Descolonizar los feminismos. La Paz: Tarpuna Muya, 2019.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Tuíre Kayapó | Corpo é território! #ElasQueLutam Especial. YouTube, 5 abr. 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Wf1FVFjrndA. Acesso em: 01 ago. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL; ARTICULAÇÃO NACIONAL DAS MULHERES INDÍGENAS GUERREIRAS DA ANCESTRALIDADE. Mapa das organizações das mulheres indígenas no Brasil – 2024. J. Kaingang e L. Prado (Ed.). São Paulo: Instituto Socioambiental, 2024. Disponível em:

https://acervo.socioambiental.org/acervo/mapas-e-cartas-topograficas/brasil/mapa-das-organizacoes-das-mulheres-indigenas-no-brasil. Acesso em: 02 ago. 2025.

JULIÃO, Cristiane Pankararu; PROCÓPIO DA SILVA, Sandra; MASO, Tchella Fernandes. Nosso corpo, nosso espírito. In: PRADO, Débora; PAVESE, Carolina; SELIS, Lucia (org.). Manual da internacionalista recatada. São Paulo: Hucitec, 2022. p. 1-20.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014.

MACEDO, Michelle Reis de. "Mulheres indígenas, organizem-se! Mesmo que seja em suas casas": as ações político-pedagógicas do Grupo Mulher-Educação Indígena (décadas de 1980 e 1990). In: KARLONI, Carla; MAGALHÃES, Lívia (org.). Mulheres no Brasil republicano. Curitiba: CRV, 2021. p. 355-398.

MARCOLINO, Maria Luisa Soares. Representatividade, resistência e poder: Nancy Potiguara, a primeira mulher indígena eleita prefeita no Brasil. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA AMÉRICA LATINA E BRASIL: ENTRE ONDAS PROGRESSISTAS E REAÇÕES CONSERVADORAS, 21., 2024, Campina Grande. Anais [...]. Campina Grande: UEPB, 2024. p. 1-15.

MASO, Tchella Fernandes; SELIS, Lara Martim Rodrigues (org.). *Feminismos outros na América Latina*: as perspectivas indígenas e comunitárias. Belo Horizonte: Fino Traço, 2024.

MASO, Tchella; TERENA, Linda; VERON, Valdelice; URT, João Nackle. Decolonial portraits: news from the frontline, Mato Grosso do Sul, Brazil. International Feminist Journal of Politics, v. 24, n. 1, p. 156–173, 2021.

McCLINTOCK, Anne. Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

MILLÁN, Márgara (coord.). Más allá del feminismo: caminos para andar. México, D. F.: Red de Feminismos Descoloniales, 2014. 328 p. ISBN 978-607-96108-2-1.

ONU MULHERES BRASIL. A voz das mulheres indígenas no Acampamento Terra Livre. Brasília, 2019. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/noticias/a-voz-das-mulheres-indigenas-no-acampamento-terra-livre/. Acesso em: 31 ago. 2025.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. The Invention of Women: making an African sense of western gender discourses. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

POTIGUARA, Eliane. A terra é a mãe do índio. Rio de Janeiro: GRUMIN – Grupo Mulher-Educação Indígena, 1989.

RAGO, Margareth. A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. In: DEL PRIORE, Mary (org.). História das mulheres no Brasil. Coord. de textos Carla Bassanezi. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 10-36.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010. 80 p.

RODRIGUES, Léia do Vale. Mulheres indígenas, gênero e diversidade cultural: a institucionalização da temática de gênero na Funai, a partir da perspectiva autoetnográfica. 2019. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SACCHI, Ana María R. de. Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. Revista Anthropológicas, Recife, v. 14, n. 1-2, p. 95–110, 2003.

SCHILD, Joziléia Daniza Jagso Inacio Jacobsen. Mulheres Kaingang, seus caminhos, políticas e redes na TI Serrinha. 2016. 165 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/180404. Acesso em: 30 ago. 2025.

SILVA, A. V. S. Entre invisibilidade e protagonismo: participação política de Maninha Xukuru Kariri no movimento indígena (1966–2006). 2024. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024. Disponível em: https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/16483. Acesso em: 30 ago. 2025.

SOIHET, Rachel. O protagonismo feminino na história. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

VIEIRA, Ivania. Mulheres indígenas do Alto Rio Negro promovem encontro sobre ativismo. Instituto Socioambiental (ISA), Povos Indígenas no Brasil, 2017. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/es/Not%C3%ADcias?id=177614. Acesso em: 31 ago. 2025.

VIEIRA, Nanah. Corpo-território indígena mulher nas universidades brasileiras: a experiência vivida da colonialidade no cotidiano acadêmico e a insurgência na autoafirmação étnica. Revista Ñanduty, *[S. l.]*, v. 12, n. 19, p. 52–76, 2024.

VIVEROS VIGOYA, Mara; MORENO, Amalia; LUGONES, María; CURIEL, Ochy; MILLÁN, Márgara; SEGATO, Rita Laura (org.). Desordenando el género/Desordenando las sexualidades. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2010.

WALSH, Catherine. Sobre o gênero e seu mundo-muito-outro. Epistemologias do Sul: Pensamento Social e Político em/desde/para América Latina, Caribe, África e Ásia, Foz do Iguaçu, v. 5, n. 2, p. 188–201, 2021.